Estudar a delinquência juvenil: opções teórico-metodológicas

Vera Mónica Duarte*

Resumo

Este artigo pretende introduzir um breve percurso pelas opções teórico-metodológicas que marcam a minha pesquisa de doutoramento sobre a delinquência juvenil feminina e a dinâmica das escolhas nos percursos de vida de jovens raparigas delinquentes. A compreensão de como é que estas jovens vivenciam, percebem e descrevem as experiências delinquentes nos seus percursos de vida, pretende passar pela construção e pela visibilidade discursiva permitida pela recolha e análise das suas histórias de vida.

Introdução

O estudo sobre a cultura e os estilos de vida, tanto numa perspectiva diacrónica como sincrónica, sugere, normalmente, a análise das subculturas e seus processos de construção social e simbólica. Um eixo de análise central das subculturas tem sido o fenómeno da delinquência juvenil. Ocupa-nos, neste texto, a fundamentação das opções teórico-metodológicas implicadas no estudo da delinquência juvenil feminina, a qual tem sido uma realidade negligenciada do ponto de vista do seu tratamento teórico. Com efeito, quando se fala em comportamentos desviantes juvenis, raramente, ou quase nunca, se tem em mente um universo que não seja o masculino e tudo se combina para a manutenção desta realidade: a comunicação social e os discursos públicos e políticos que normalmente constroem a realidade social da desviância juvenil em torno da figura do sexo masculino; os retratos estatísticos da delinquência juvenil que mostram a presença esmagadora dos rapazes neste universo[1]; os estudos científicos que têm vindo a reiterar as lógicas da masculinidade nas dinâmicas da delinquência juvenil e têm mostrado que a delinquência juvenil feminina – a que tem chegado ao conhecimento dos tribunais – é quantitativa e qualitativamente pouco importante

* Bolseira de doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do Centro de Investigação em Ciências Sociais.

[1] Segundo Raquel Matos, numa entrevista dada à *Notícias Magazine* de 11 de Novembro de 2007, entre adultas e jovens, as mulheres representam 6.4% da totalidade de detidos em Portugal. Em Centros Educativos, segundo dados do Instituto de Reinserção Social (IRS) de 2005, apenas 5.6% dos jovens internados eram raparigas.

quando comparada com a dos rapazes. Segundo Assis e Constantino (2001: 19) "os motivos mais óbvios apresentados para a ausência de estudos sobre a delinquência feminina foram a sua reduzida incidência – se comparada à masculina –, o papel secundário da mulher na sociedade e na vida extra-familiar, o preconceito que atribui pouco ou nenhum valor às manifestações de desajuste social da mulher e a falta de pressão da opinião pública, que não se interessa pelo tema". Uma constante secundarização do fenómeno que tem justificado, não só em Portugal mas também em outros países[2], a ausência de um enfoque autónomo sobre a delinquência juvenil feminina. Uma ausência que contribui não só para a reiteração da invisibilidade, mas que tem tido consequências quer no campo conceptual, quer nas dimensões das práticas e da intervenção[3].

Esta preocupação com a invisibilidade da delinquência juvenil feminina tem estado presente na minha investigação de doutoramento[4], cujo objectivo é o de contribuir para o debate em torno da relação entre delinquência juvenil e género, procurando compreender como é que jovens raparigas vivenciam, percebem e descrevem as experiências delinquentes nos seus percursos de vida, pondo em evidência a importância da contextualização subcultural (da delinquência) que implica dar atenção, quer aos condicionantes históricos e sociais que orientam as identidades para posicionamentos anti-normativos, quer à construção das subjectividades que legitimam os sentimentos de pertença e as práticas culturais do grupo. Neste sentido, o uso dos conceitos de cultura e estilos de vida torna-se um caminho a seguir sendo que, de entre o vasto campo de análise do social em que a cultura se assume como conceito central, procurar-se-á, neste artigo, focalizar a subcultura da delinquência, no caso concreto da delinquência juvenil feminina, procurando elucidar a complexidade das dimensões de análise envolvidas no seu estudo, assim como as opções metodológicas mais ajustadas à pesquisa sobre essa mesma complexidade.

Assim, neste contexto, proponho-me avançar as linhas fundamentais para a construção de um modelo de análise operacional no estudo da delinquência juvenil e apresentar as técnicas de pesquisa que, no tempo presente, se têm mostrado pertinen-

[2] Cf. Alder e Worrall (2004), Batchelor, Burman e Brown (2004), Chesney-Lind e Shelden (1992), Chesney-Lind (1997), Miller (2002), Assis e Constantino (2001), Dell'Aglio, Santos e Borges (2004).

[3] Se revirmos as grandes teorias sociológicas sobre a delinquência, concluímos que todas elas explicam o fenómeno utilizando o seu enfoque na delinquência masculina, remetendo a figura da "rapariga" para 'nota-de-rodapé' e secundarizando o interesse que as questões de género têm na explicação da delinquência. "Boys'Theories for Girls'Lives" expressa o conteúdo destes quadros teóricos (in Cohen, 1966; Durkheim, 1996 [1897], Merton, 1970, Gonçalves, 2000; Dias e Andrade, 1995). A emergência do problema da criminalidade feminina, na esfera pública, deve-se ao pensamento feminista, nas suas mais variadas expressões, que tem influenciado o desenvolvimento de novas teorias e destacado a necessidade da utilização de metodologias que promovam avaliações contextualizadas do comportamento delinquente feminino, redimensionando e reenquadrando a importância do género na explicação da criminalidade feminina (Matos, 2006; Chesney-Lind, 1997; Chesney-Lind e Sheldon, 1992; Alder e Worral, 2004; Burman, Batchelor e Brown, 2001; Miller, 2002). Nas dimensões da intervenção, esta invisibilidade tem sido causa e consequência de um olhar menos atento por parte do próprio sistema judicial; e se considerarmos que rapazes e raparigas se desenvolvem física e emocionalmente de diferentes formas, assumimos que as causas e os significados da delinquência poderão ser também específicos por género... Assim, as respostas institucionais devem ser diferentes e dirigidas para as suas necessidades e os profissionais treinados na diferença de género (Alder e Hunter in Worrall, 2005: 80; Batchelor, 2005; Batchelor, Burman e Brown, 2004; Miller et al., 1995).

[4] Trata-se de uma investigação conducente à obtenção do grau de Doutoramento em Sociologia, orientada pelo Prof. Doutor Albertino Gonçalves e pela Prof.ª Manuela Ivone Cunha, ambos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Projecto financiado por uma Bolsa de Investigação da FCT.

tes para o estudo desta problemática. Foi em torno deste propósito que se estruturou o texto que, após o enquadramento introdutório, nos apresenta diferentes pontos de partida teóricos para estudo da delinquência juvenil e, de seguida, faz dialogar as opções teóricas com as metodologias mais adequadas.

1. Pontos de partida teóricos para o estudo da delinquência juvenil

A importância adquirida pelo fenómeno da delinquência juvenil no discurso público e mediático, associada à necessidade de conhecer melhor as causas do fenómeno para repensar o sistema das políticas de prevenção, intervenção e reinserção social, tem contribuído para dar maior visibilidade aos estudos que têm procurado encontrar regularidades e continuidades entre os contextos de socialização e as práticas delinquentes. Esta procura de padrões logrou estabelecer relações directas entre as práticas delinquentes e as condições sociais de existência, transformando num lugar comum a ideia de que a delinquência juvenil é uma trajectória típica da classe popular, integrada em contextos de grande "vulnerabilidade societal" e marcada por um conjunto de clivagens nos processos de socialização familiar e escolar (Walgrave, 2000; Carvalho, 2003; Chaves, 1999; Fernandes, 1998; Ferreira, 1997, 2000; Lourenço e Lisboa, 1998; Agra, 1998; Agra e Matos, 1997; Sebastião, 1998; Le Blanc et al., 2008).

Estas conclusões têm sido, aliás, espelho dos grandes estudos sobre a delinquência juvenil, em que as teorias da anomia e da transmissão cultural, incluindo as teorias do controlo social, são exemplos paradigmáticos. Destacamos aqui alguns desses estudos: *The Hobo* (1923) de N. Anderson; *The Gang* (1927) de F. Thrasher; *The Ghetto* (1928), por L. Wirth; The Jack Roller (1931) e *Natural History of a Delinquent Carreer* (1938) de C. Shaw; *Street Corner society* (1943), escrito por W. Whyte; *Delinquent Boys: the culture of the gang* (1955), de Cohen; *Causes of delinquency* (1969) de Travis Hirschi.

Destarte, a importância em elencar as causas explicativas do fenómeno e compreender as formas como os comportamentos juvenis reflectem condições sociais, culturais e económicas mais vastas não deve ocultar a necessidade de analisar as lógicas de acção social dos indivíduos e a produção de si próprios e das suas identidades na relação com os outros e na construção de percursos de vida, como propõe a perspectiva construtivista do interaccionismo simbólico.

Neste contexto, e como demonstra Ferreira (2000), a delinquência pode surgir quer como uma expressão juvenil que reflecte uma tradição cultural e económica desfavorecida e vulnerável aos processos que marcam as desigualdades de oportunidade, quer como uma consequência das experiências juvenis, das rupturas e dos fracassos que experienciam e das influências que derivam dos processos comunicacionais e culturais. O confronto destes modelos coloca o olhar sobre o desvio juvenil num dilema: será que os jovens se vêem "empurrados" para uma vida de marginalidades devido às dinâmicas de uma sociedade intrinsecamente excludente ou será que os motivos subjacentes a essa escolha estão relacionados com a forma como os actores vão construindo a imagem de uma vida desejável e provável? Será que a delinquência é resultado de

uma desestruturação das agências de controlo social, ou será uma resposta a problemas com os quais os jovens se vão deparando na construção das suas identidades sociais? Ao animar investigações sobre o tema, estas questões têm dado visibilidade à insuficiência de estudos que descrevem as actividades quotidianas de jovens delinquentes, que atendem ao que estes pensam de si, das suas actividades e da sociedade (in Pinheiro, 2004:6). Trata-se de um exercício que obriga a encarar o fenómeno da delinquência juvenil de forma dialéctica, privilegiando os processos de interacção dinâmica que ganham sentido quando perspectivados a partir de cenários vivenciais e quotidianos.

A análise do fenómeno, a partir de uma perspectiva que toma em consideração o olhar do actor social, abre-nos outros caminhos que passam pela compreensão do actor como entidade activa na construção da sua realidade social. Aliás, como escreve Pais (2005: 291), "Muito se fala da delinquência dos jovens, dos seus acidentes de percurso. Mas o essencial da questão é saber analisar o acidental sem descurar o substancial. Os seus riscos de vida (acidental) encontram-se em associação estreita com os seus traços de vida (substancial). É o substancial das suas vidas que os empurra para a delinquência". Nesta perspectiva, a "escolha" do caminho da delinquência pode não ser, para o/a jovem, uma acção com significado negativo, mas um passo activo para alcançar um leque específico de objectivos. Os cenários de desenquadramento e de *invisibilidade social*[5], em que os/as jovens vivem, podem "levar à constituição ou integração em redes de relações alternativas como tentativa de alcançar alguns dos objectivos culturalmente valorizados" (Sebastião, 1998: 84), transformando um caminho indesejável, no plano político e social, num caminho como os outros, assumido com alguma naturalidade. Uma naturalidade que não provém apenas de processos psico-biológicos, mas de consecutivas inadaptações sociais às normas e aos valores da sociedade, que são reiteradas pelos modos de agir e de pensar das subculturas adoptadas (Cloward e Ohlin, 1970) onde adquirem competências, consolidam motivações e aprendem as justificações necessárias para a definição das suas identidades (Becker, 1973). Ou seja, o valor do que é considerado normativo pode ser posto em causa quando os/ as jovens que enveredam por trajectos de delinquência entram em contacto com actividades e modelos culturais que lhes permitam interpretar o sentido da vida de modo mais atractivo do que aquele que lhes seria proporcionado pelos trajectos ditos normalizados.

Analisando a forma como os indivíduos se apropriam dos modelos culturais dominantes, os legitimam ou quebram, e constroem os seus projectos e percursos de vida, é possível compreender as suas perspectivas, sem termos de cair, necessariamente, no discurso fatalista que os reduza a vítimas eternas das condições materiais em que vivem. Apesar da importância que estas condições objectivas têm no curso de vida

[5] Luiz Eduardo Soares é um dos autores do livro *Cabeça de Porco*, publicada em 2005, uma obra que reúne reflexões etnográficas sobre a violência urbana, com depoimentos de jovens envolvidos no tráfico de drogas no Brasil. "Seres socialmente invisíveis" é uma das razões que o autor utiliza para explicar a entrada destas crianças no mundo da criminalidade. São crianças invisíveis, quando muito reflexo de um estigma, sem qualquer reconhecimento social. A entrada no mundo da delinquência é a forma que têm ao seu dispor para romper com essa invisibilidade social. ("Violência no Brasil: genocídio, políticas públicas e desafios teóricos", conferência proferida no Seminário Internacional "A carta do Porto"... e depois? Para uma visão crítica da inclusão, 24 e 25 de Novembro 2006, no Instituto de Psicologia e Ciências da Educação – Universidade do Porto).

dos actores sociais, e que não se pretende descurar, fixar-se apenas nelas pode contribuir para obscurecer algumas questões como a da transversalidade do fenómeno e da eventualidade de trajectos *improváveis*[6] dentro de cada classe. A redução às condições objectivas pode contribuir para o fechamento do círculo das oportunidades, dado o efeito da estigmatização, e negligencia a compreensão de determinados comportamentos, que exige um enquadramento nas experiências concretas, captadas do interior.

Assim, falar em "trajectórias de delinquência" e interpretar os significados sociais com que são vividas implica partir do princípio de que "toda a acção tem um sentido, e é escutando o sentido que podemos desocultar a acção; e de que o sentido é aquele que o actor dá para si próprio à acção que empreende" (Fernandes, 1998). Deste modo, partiremos de uma perspectiva construtivista da realidade (Berger e Luckman, 1999; Schutz, 1974), relendo-a com a lente do interaccionismo simbólico (Mead, 1962; Becker, 1973 Goffman, 1989; Matza, 1964; Strauss, 2002 [1959]) que assume que os indivíduos agem em função do sentido que os objectos e as situações têm para eles. Um sentido que é construído e modificado durante o processo de interpretação desenvolvido no contexto de interacção social que permite a aquisição de reportórios e motivações cada vez mais consistentes.

Estas motivações adquiridas tendem a normalizar, discursiva e simbolicamente, essa mesma prática, fazendo emergir subculturas de "estigmas partilhados" (Goffman, 1988) que propiciam modos alternativos de identificação, redefinindo as identidades e interpretando as relações, quer com o grupo restrito, quer com o universo de quem os critica e rotula. Assim, se as interpretações da experiência são biograficamente diferentes, no sentido em que a carreira implica, também, uma experiência subjectiva que surge das actividades inerentes a essa carreira e aos sentidos que lhe são atribuídos pelo sujeito (Tinoco, 1999), elas não deixam de se ajustar, continuamente, às interpretações e comportamentos dos outros, com os quais se estabelecem relações sociais. Neste sentido, o termo carreira qualifica o contexto social no qual se desenrola a vida de qualquer indivíduo.

O estudo de Becker (1973) sobre a "carreira" do "fumador de marijuana" é, a este respeito, um exemplo a destacar, ao mostrar que cada etapa da trajectória de desvio é interpretada na base das sensações que produz – contacto e aprendizagem técnica e cognitiva (Xiberras, 1993: 128-129) – e numa aprendizagem (sub)cultural e de partilhas de proximidade que permitem ao actor ver-se sob um novo prisma, onde a actividade estigmatizada adquire um papel central na organização da identidade emergente. Esta ideia da afiliação, trabalhada por Sutherland (1937) e por Matza (1964), coloca o actor social na condição de decidir se arca (ou não) com as consequências da integração (significação) da 'imagem' de desviante que a sociedade atribui

[6] Bernard Lahire na sua obra *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável* (2004) procurou compreender, a partir de casos improváveis de sucessos em meios populares, as razões que fazem com que se tenha sucesso onde, estatisticamente, se deveria fracassar, demonstrando que existem razões culturais mais amplas para explicar o sucesso e o fracasso escolar. O autor demonstra que categorias gerais, como a de "classe popular", precisam de ser compreendidas, também, nas suas particularidades e diferenças, isto é, existem dissonâncias entre as famílias, mesmo quando se pensa em consonância de classe social. Assim, faz sentido para o autor olhar as realidades sociais numa perspectiva de multiplicidade individual e de "múltiplas socializações".

aos que participam nesse tipo de comportamento. A partir deste momento, o indivíduo ora avança no processo, e principia um trajecto de socialização na subcultura, ora interrompe esse trajecto, caso as normativas dominantes e a sua escolha individual tracem o afastamento (Becker *in* Tinoco, 1999). A construção de uma carreira desviante não se fica, apenas, pelo processo de aprendizagem subcultural. Contempla também os processos de controlo social que levam à etiquetagem de quem é e de quem não é delinquente, num determinado contexto.

Optar por uma teoria interaccionista da delinquência obriga-nos a levar em consideração, segundo Tornberry e Krohn (2004: 139), três premissas fundamentais que, articuladas, nos ajudam a analisar as (des)continuidades dos percursos de vida desviante. A primeira premissa é a adopção de uma perspectiva desenvolvimentista, ou seja, considerar que as causas da delinquência não são nem estáticas, nem estáveis, mas que variam ao longo dos vários estádios de desenvolvimento na base dos sucessos e fracassos que pautam os percursos de vida. O indivíduo vai construindo, dialecticamente, formas de compreensão do mundo social, elaborando teorias acerca dos acontecimentos sociais que vai experimentando (Turiel, 1983 *in* Manso, 2006), relacionadas com o desenvolvimento de outras trajectórias relevantes na vida do/a jovem. Esta questão permite introduzir a segunda premissa que se refere à importância atribuída às interacções comportamentais e à causalidade bidireccional, ou seja, a formação de padrões de comportamento resulta das interacções dos indivíduos com o seu meio. Se os indivíduos têm a capacidade de codificar e descodificar os significados das suas interacções e assim participar na construção da própria realidade social, esta capacidade interpretativa permite-lhes reagir à pressão do controlo social e definir as modalidades de desvio comportamental que melhor se lhes adeqúem. Neste sentido, o comportamento desviante não deve ser visto como uma questão de 'inadaptação cultural', mas como um problema político, obviamente vinculado a uma problemática de identidade (Becker, Erikson e Kitsuse *in* Velho, 1974: 24) entre a imagem que o indivíduo tem de si e aquela que têm acerca dele o seu grupo e o meio social. Este parece ser o eixo explicativo da construção das identidades desviantes. Olhar para o mundo da delinquência em busca de lógicas de sentido permite-nos afastar a ideia dos mundos anómicos e encarar o desviante como actor social, com uma (sub)cultura estruturada, com hierarquias e leis e capacidade de transmitir aos outros essa condição social (Sebastião, 1998; Becker, 1973), abandonando a procura do que é radicalmente diferente no desviante a favor de um estudo das interacções sociais que facultem contextos de aprendizagem de competências subculturais específicas (Sykes e Matza in Tinoco, 1999). A terceira premissa indica-nos a importância da influência da estrutura social na explicação do desenvolvimento das trajectórias delinquentes destacada por autores como Bourdieu (1998, 2001), através do conceito de *habitus*, e Giddens (2000), com a "dualidade da estrutura"[7], que tentam superar a dicotomia estrutura/ sujeito no sentido de a acção do indivíduo ser estruturada nos contextos quotidianos de acção, responsáveis pelas "estruturas labirínticas da vida" (Calvo in Pais, 2005:318).

[7] Para Giddens (2000), a estrutura é, simultaneamente, condição e resultado da acção. É factor de constrangimento mas também possibilita a acção/ agência.

Como nos mostra Passeron (1989), cada trajectória de vida está entrecruzada por outras vidas, inscrevendo-se num quadro de relações marcado pela interdependência: a família, a escola e as redes de sociabilidade. Neste sentido, o indivíduo, como actor social que integra estas formas de socialização, é, simultaneamente, um ser constrangido pelas estruturas sociais e um ser com uma autonomia que lhe permite fazer escolhas face ao leque de oportunidades. Nesta esteira, Bourdieu (1998) mostra que a valorização do papel do sujeito (ainda que epistémico), que actua construindo interpretações e dando sentido às situações nas quais se encontra, deve ser alicerçada na assunção de que as práticas dos indivíduos, ao estarem ligadas a um conjunto de disposições duradouras que actuam de maneira sistemática em todas as práticas, determinam o espectro possível de escolhas e probabilidades. Esta "causalidade do provável", ao definir trajectórias sociais, pode ser observada, para além das práticas, "nas representações subjectivas do futuro e na expressão declarada da esperança" (Bourdieu, 1998: 89). Como diz Morin (1994), o passado e a ideia de futuro são indispensáveis à construção e conhecimento do presente. Os dados biográficos, as condições de aprendizagem e a história de cada indivíduo combinam-se para formar o capital cultural que mergulha nas estruturas mentais do indivíduo (Paugam, 2003: 99).

1.1. O género

Se a opção pelo mundo infraccional pode ser vista como o "resultado de uma variedade de pressões sociais, económicas, estruturais e culturais, que se interrelacionam de múltiplas formas e em diferentes intensidades" (Assis e Constantino, 2001: 33), não podemos descurar a importância do género como mediador da forma como estas forças jogam (Steffensmeier e Allan, 1996) na construção das identidades, dos percursos desviantes e das estratégias de sobrevivência que são accionadas como resposta activa às reacções estigmatizantes.

Além da compreensão do sentido das vivências e das experiências, narradas na primeira pessoa, pretende-se apreender também "uma perspectiva feminina, enraizada na sua experiência" (Ward *apud* Dias, 2004: 215), partindo do pressuposto de que a mulher vive a sua vida segundo a cor do género e dos seus papéis e, por isso, não será possível falar dos seus problemas e das suas experiências sem considerar o género, que estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social (Amâncio, 1993).

Para Chesney-Lind e Sleldon (1992), rapazes e raparigas não usam as mesmas expressões e não fazem as mesmas escolhas. Isto não significa que elas não partilhem os mesmos problemas que eles, mas a forma como dão sentido às coisas é que é diferente, por serem diferentes as representações e reproduções quotidianas do género.

Assim, o conceito de género, que aqui se pretende adoptar, é também ele enformado pela noção interaccionista *doing gender*, ou seja, a ideia de que "o género não constitui um atributo individual, mas uma categoria criada através da interacção social, sendo que a própria estrutura social existe na medida em que os actores continuam a interagir com vista a reproduzir as relações de género" (Andersen *in* Dias, 2004: 226).

Esta premissa assume-se como crucial neste estudo na medida em que, ao analisarmos a relação entre *doing gender* e *doing violence* (Miller, 2002; Messerchmidt, s/d), devemos levar em consideração as definições culturais de homem e mulher, o seu impacto na construção do comportamento das raparigas e a assimetria de poder nas definições e aplicações da masculinidade e da feminilidade. Para as raparigas, a estratificação de género e os desequilíbrios de poder entre homens e mulheres – juntamente com os estereótipos associados à figura da mulher (ligados à fraqueza, à submissão e à domesticidade), percepcionados como sendo incompatíveis com o mundo criminal (Steffensmeier e Allan, 1996: 476) – são contextos que devem ser invocados nos seus processos de decisão relativos às formas como usam a violência, como recriam os significados de género no contexto delinquencial e reajustam as suas identidades.

2. Opções metodológicas

A "realidade" da delinquência juvenil é, assim, multidimensional e propõe a necessidade de levar em linha de conta diversos modos de abordar o social e estudá-lo. Ressalta, do cruzamento entre os vários quadros teóricos, uma ideia central: a delinquência remete para uma certa dinâmica temporal, que implica um "caminho", um "tornar-se", que, como foi salientado, não é estudável apenas a partir do estudo das condições objectivas de vida e do posicionamento social dos indivíduos, ou apenas dos processos de construção social ligados aos modos de interacção social e institucional. A pesquisa sobre a delinquência juvenil tem vindo a requerer, cada vez mais, o uso de metodologias qualitativas, que implicam a análise das dinâmicas inscritas nos percursos e nas histórias dos sujeitos envolvidos. Por isso, apesar da tentação de tratar as histórias e os trajectos de vida segundo lógicas de linearidade, isto é, como relatos coerentes dispostos numa sequência de acontecimentos, assumiremos que as descontinuidades e as mudanças estão sempre presentes nos percursos de vida (que evoluem por etapas, podem ser interrompidas e o seu resultado é quase sempre incerto) e que a linearidade acaba por configurar a ilusão biográfica, apontada por Bourdieu (1986). A este respeito, Tornberry e Krohn (2004: 137) mostram que "a constatação de que alguns delinquentes começam cedo a sua trajectória desviante e de que outros a iniciam tarde, não significa apenas que existam dois tipos de delinquentes – os de início precoce e os de início tardio", mas que estes comportamentos se desenrolam e sofrem mudanças e que, embora "de uma forma geral, o aparecimento precoce do comportamento anti-social esteja correlacionado com uma maior persistência, alguns indivíduos do grupo de início precoce conseguem desistir" (ibidem, 155).

Assim, se carreira é o "caminho pelo qual se circula" (Pais, 2005: 11), nem sempre esse caminho é linear, mas feito de descontinuidades, nós, imprevistos e *retomadas*[8], onde o actor social, enquanto *sujeito autopoiético*[9] (Agra, 1998; Agra e Matos, 1997) se cria e reinventa a si próprio, à medida que caminha e apreende as

[8] Para Machado Pais (2005: 13), a retomada é o voltar a tomar caminhos que se abandonaram.

[9] Para Cândido Agra o "sujeito autopoiético" é aquele que tem capacidade de transformar os seus factos objectivos em valores subjectivos, distribuídos por diferentes e múltiplos planos de significação existencial. Um sujeito concebido como artista de si próprio, capaz de se (re)criar.

diferentes influências do mundo, marcadas por graus diferentes de poder, de saber e de julgar. Compreender este *saltos de descontinuidade*, que são preconizados (como são conceptualizados?) por Schutz (1974), surge como um grande desafio, principalmente se estas passagens, mais ou menos ritualizadas, forjarem novas identidades. Lugares "entre-cenas" da vida que importa captar e, apesar de reflectirem a clandestinidade do social, não deixam de ser identitários, relacionais e históricos (Augé, 1994).

Fazer emergir sentidos e significados é um dos grandes propósitos da investigação que se conduz. Donde, partindo dos discursos de cada jovem, pressupõe-se que os sujeitos constroem a realidade a partir dos seus sistemas de crenças, saberes, práticas e experiências. E, quando os indivíduos falam das suas experiências, eles tendem a utilizar a sua memória biográfica. Neste sentido, o recurso ao método biográfico e à construção de histórias de vida surge como um caminho indispensável. Ao permitir captar a interpretação subjectiva das trajectórias de vida e das experiências individuais, este método permite incluir não apenas o local dos acontecimentos, mas também, as suas opiniões, os motivos, os planos para o futuro e as interpretações do passado (Born, 2001: 245). Assumindo que não "há exactidão na pintura da vida, somente imagens múltiplas e traços do que aconteceu, do que poderia ter acontecido e do que é agora. Essas histórias se movem para fora das próprias pessoas para os grupos que proporcionam significado e estrutura" (Denzin cit. *in* Melleiro e Gualda, 2003: 75).

Neste quadro, a escolha de uma metodologia qualitativa tem-se mostrado mais ajustada, pois enforma a exploração de relatos biográficos e a construção das próprias histórias biográficas de vida. Segundo Guerra (2006: 31), citando Demazière e Dubar, ancorando o estudo numa "postura analítica e de reconstrução do sentido" considera-se o sujeito uma 'síntese activa' do todo social, procurando interpretar a relação entre o "sentido subjectivo da acção, o acto objectivo (práticas sociais) e o contexto social em que decorrem as práticas em análise". Assim, o centro da análise será "a categorização social accionada por uma narração que permite ao sujeito estruturar o sentido do mundo social e o seu lugar nesse mundo e que torna possíveis as suas apropriações e interpretações metódicas pelo investigador" (idem: 32), o qual participa do próprio processo de interpretação, tal como mostra Machado Pais (2005a: 20) ao afirmar:

> "Se é certo que os relatos de vida remetem para tempos recompostos pela memória (Gaulejac, 1988: 5-7), na exacta medida em que a memória reconstrói o tempo passado (deformando-o, transformando-o, valorizando-o, esquecendo-o), eles permitem situar um indivíduo concreto no contexto da totalidade de sua vida, em relação directa com a história do seu tempo; capacitando-nos a melhor compreender as suas opções, contingências e alternativas através da conjugação de um tempo histórico individual e de um tempo histórico societal".

E, para complementar, retomamos Elias (*apud* Carvalho, 2001:117-118), que nota:

> "Para compreender um ser humano tem de se saber quais são os desejos dominantes que anseia ver realizados. O sentido da vida para si próprio depende de conseguir

> realizá-los, ou até que ponto consegue realizá-los. Mas estes desejos não se instalam nele antes de toda a experiência. Vão-se formando desde a primeira infância, a partir da convivência com outras pessoas, e vão-se fixando progressivamente na sua forma de vida (...). Também não depende apenas delas (as pessoas) se esses desejos são concretizados e até que ponto o são, já que eles visam sempre outros, o entrelaçado social com outros".

A história de vida possibilita o acesso a dimensões essenciais da construção da identidade social: a dimensão dos desejos, dos sentimentos e das angústias, a dimensão da sociedade a que pertence e da dinâmica existencial que a caracteriza (Gaulejac *in* Carvalho, 2001: 133; cf. Passeron, 1989; Conink e Godard, 1989). Ora, através das biografias pode-se lograr a compreensão sociológica dos contextos onde os percursos de vida das jovens delinquentes se configuram, sem perder de vista que as biografias são interpretações subjectivas de experiências individuais[10]. Neste sentido, sem querer retirar o seu carácter hermenêutico, mas reduzir o efeito de efabulação e os jogos discursivos, pretende-se articular as subjectividades com as estruturas objectivas. Se a regulação institucional e o comportamento/acção individual são igualmente relevantes para a compreensão de padrões de trajectórias e percursos de vida, são também desafiantes ao nível metodológico. Aliás, a flexibilidade metodológica exigida por estas abordagens (Becker, 1994) faz com que o investigador seja capaz de manusear uma diversidade de técnicas, utilizando-as também como procedimentos de verificação da veracidade do material recolhido.

O princípio epistemológico orientador desta investigação sobre a delinquência prima pela compreensão (Bogdan e Biklen, 1994) e, se o espírito da análise compreensiva se esboça a partir dos primeiros contactos com o terreno, tal sugere privilegiar as lógicas da "pesquisa de terreno", que pressupõem a presença do investigador nos contextos sociais em estudo e o contacto directo com os actores e suas "situações de vida". Assim, além da utilização das histórias de vida, torna-se relevante poder circunscrever a investigação ao estudo de casos porque este permite ao investigador concentrar-se num contexto específico e aí identificar os vários processos interactivos em acção (Yin, 1994).

De facto, optar pela metodologia qualitativa supõe um modo particular de pensar o projecto científico, nomeadamente a respeito da representatividade da amostra e da capacidade de generalização das conclusões apresentadas. Fazer um estudo de casos, baseado na recolha biográfica e construção de histórias de vida implica assumir que são as qualidades teóricas dos sujeitos escolhidos que determinam o seu valor de representatividade, pois são escolhidos por serem sociologicamente representativos[11]. A opção pela compreensão dos modos como as jovens interpretam as suas próprias trajectórias e experiências de vida fica, assim, notoriamente valorizada face a uma lógica de investigação mais quantitativa, normalmente baseada no estudo da tipologia de

[10] A vida possui três dimensões: como é vivida, como é experienciada e como é contada. A vida vivida é aquela que, de facto, acontece, a vida experienciada surge das imagens, dos sentimentos, dos desejos e das sensações que a pessoas tem da vida, a vida contada [história de vida] é uma narrativa influenciada pelas convenções culturais de quem está a contar, de quem a ouve e do contexto social no qual está inserida (Melleiro e Gualda, 2003: 73).

[11] Cf. Glaser e Strauss (1999).

casos de delinquência, mas não a descura completamente, pois, dada a complexidade envolvida no fenómeno, torna-se sempre relevante incluir a "triangulação metodológica", isto é, o cruzamento de várias técnicas, na pesquisa.

Em síntese, diremos que a utilização de uma metodologia sensível aos casos particulares e às singularidades não deixa de estar atenta às questões da validade e da fidelidade dos procedimentos, como garantia do rigor que se exige no exercício da pesquisa científica (Yin, 1994; Hamel, Dufour e Fortin, 1993; Pinheiro, 2004).

Nota final

Falar em percursos (desviantes) de vida, interpretar os significados sociais envolvidos e assumir a importância da dimensão de género como mediador da forma como a variedade de pressões sociais, culturais e estruturais jogam na construção desses percursos desviantes, lança, efectivamente, grandes desafios teórico-metodológicos, onde os temas culturais encontram sustentação. Sem ignorar a velha querela sobre quais os métodos mais adequados para analisar e avaliar a cultura, a opção prosseguida não foi inocente, mas convocada pela sua pertinência heurística. O horizonte deste trabalho deixa transparecer que olhar para as singularidades das formações culturais, espácio-temporalmente situadas, possibilita ao pesquisador saber de que forma a diversidade das matrizes teóricas e metodológicas das subculturas o poderão auxiliar a ver melhor o seu objecto de estudo.

Bibliografia

AGRA, Cândido (1998), *Entre a droga e o crime: actores, espaços, trajectórias*, Lisboa, Editoral Notícias

AGRA, Cândido e MATOS, Ana (1997), *Trajectórias Desviantes*, Lisboa, GPCCD, Ministério da Justiça.

ALDER, Christine e WORRALL, Anne (Ed) (2004), *Girl's Violence: myths and realities*, New York, State University of New York Press

AMÂNCIO, Lígia (1993), "Género – Representações e Identidades", *Sociologia – Problemas e Práticas*, 14, pp. 127-140

ASSIS, Simone Gonçalves de e CONSTANTINO, Patrícia (2001), *Filhas do Mundo: infracção juvenil feminina no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Editora FioCruz

AUGÉ, Marc (1994), *Não lugares: introdução a uma antropologia da sobre modernidade*, Venda Nova, Bertrand

BATCHELOR, Susan, BURMAN, Michel e BROWN, Jane (2004), "Discutindo a violência: vamos ouvi-lo da boca das raparigas", *Infância e Juventude*, Abril-Junho, 2, pp. 125-143

BECKER, H. (1973), *Outsiders. Studies in the Sociology of Desviance*, New York, Free Press

BECKER, Howard (1994), *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*, S. Paulo, Editora Hucitec

BERGER, Peter e LUCKMAN, Thomas (1999), *A Construção Social da Realidade*, Lisboa, Dinalivro

BOGDAN, R. BIKLEN, S. (1994), *Investigação qualitativa em educação – uma introdução à teoria e aos métodos*, Porto, Porto Editora

BORN, Claudia (2001), "Género, trajectórias de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos", *Sociologias,* Porto Alegre, 5, pp. 240-265

BOURDIEU, Pierre (1998), *La distinción: criterios y bases sociales del gusto,* Madrid, Taurus

BOURDIEU, Pierre (2001), *La reproducción: elementos para una teoría del sistema de enseñanza*, Madrid, Editorial Popular

BOURDIEU, Pierre (1986), "L'illusion biographique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62/ 63, pp. 69-72

BURGESS, Robert (1997), *A pesquisa de terreno*, Oeiras, Celta Editora

BURMAN, Michele, BATCHELOR, Susan e BROWN, Jane, (2001), "Researching girls and violence", *The British Journal of Criminology*, 41, pp. 443-459

CAMPENHOUDT, Luc Van (2003), *Introdução à análise dos fenómenos sociais*, Lisboa, Gradiva

CARVALHO, Maria João Leote de (2001), "Em torno do método biográfico", *Infância e Juventude*, 2, pp. 107-136

CARVALHO, Maria João Leote de (2003), *Entre as malhas do desvio*, Oeiras, Celta Editora

CHAVES, Miguel (1999), *Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico. Marginalidade económica e dominação simbólica*, Lisboa, ICS – Universidade de Lisboa

CHESNEY-LIND, Meda (1997), *The female offender*, California, Sage Publication

CHESNEY-LIND, Meda e SHELDEN, Randall G. (1992), *Girls delinquency and juvenile justice*, California, Brooks/ Cole Publishing Company

CLOWARD, R. e OHLIN, L. (1970), "Differencial opportunity structure", in M. Wolfgang e F. Ferracuti (orgs.), *The sociology of crime and delinquency*, New York, John Wiley Sons, pp. 300-318

COHEN, Albert (1966), *Desviance and Control*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall

CONINCK, Frédéric e GODARD, Francis (1989), "L'approache biographique à l'épreuve de l'interprétation", *Revue Française de Sociologie*, 31, pp. 23-53

COULON, Alain (1995), *A Escola de Chicago*, São Paulo, Papirus Editora

CUSSON, Maurice (1983), *Le contrôle social du crime*, Paris, Presses Universitaires de France

DELL'AGLIO, Débora, SANTOS, Samara e BORGES, Jeane (2004), "Infracção juvenil feminina: uma trajectória de abandonos", *Interacção em Psicologia*, 8 (2), pp. 191-198

DIAS, Figueiredo e ANDRADE, Costa (1997), *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminológica*, Coimbra, Coimbra Editoras

DIAS, Isabel (2004), *Violência na Família: uma abordagem sociológica*, Porto, Edições Afrontamento

DUARTE-FONSECA, António (2000), *Condutas desviantes de raparigas nos anos 90*, Coimbra, Coimbra Editora

DURKHEIM, E. (1996 [1897]), *O suicídio*, Lisboa, Editorial Presença

FERNANDES, Luís (1998), *O sítio das drogas*, Lisboa, Notícias editorial

FERREIRA, Pedro Moura (1997), "Delinquência juvenil, família e escola", *Análise Social, 37* (143) (4.º-5.º), pp. 913-924

FERREIRA, Pedro Moura (2000), "Controlo e Identidade: a não conformidade durante a adolescência", *Sociologia, Problemas e práticas*, 33, pp. 55-85

GIDDENS, Anthony (2000), *A dualidade da estrutura: agência e estrutura*, Oeiras, Celta Editora

GLASER, Barney G. e STRAUSS, Anselm L., (1999[1967]), *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, Chicago, Aldine Publishing Company

GOFFMAN, Erving (1988), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, São Paulo, Editora Guanabara

GOFFMAN, Erving (1989), *A representação do eu na vida quotidiana*, Petrópolis, Vozes

GONÇALVES, Rui Abrunhosa (2000), *Delinquência, crime e adaptação à prisão*, Coimbra, Quarteto Editora

GUERRA, Isabel (2006), *Pesquisa qualitativa a Análise de Conteúdo*, Cascais, Principia

HAMEL, Jacques, DUFOUR, Stéphanie e FORTIN, Dominic (1993), *Case Study Methods*, London, Sage

HERPIN, Nicolas (1982), *A Sociologia Americana: escolas, problemáticas e práticas*, Porto, Edições Afrontamento

HOGGART, Richard (1973), *As utilizações da cultura 1*, Lisboa Editorial Presença

HUGHES, Everet (1984), *The sociological eye: selected papers*, New Brunswick, Transaction Book's

LAHIRE, Bernard (2004), *Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável*, São Paulo, Ática

LE BLANC, Marc, OUIMET, Marc, SZABO, Denis (dir.) (2008), *Tratado de criminologia empírica*, Lisboa, Climepsi Editores

LEWIS, Óscar (1979), *Os filhos de Sanchez*, Lisboa, Moraes

LOURENÇO, Nelson, LISBOA, Manuel (1992), *Representações da violência*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários

LOURENÇO, Nelson, LISBOA, Manuel (1998), *Dez anos de crime em Portugal*, Lisboa, Cadernos do CEJ

MANSO, Ama Lisa Lopes (2006), *Educação para o Direito: representações sociais de jovens institucionalizados em Centro Educativo*, Braga, IEC-UM [Dissertação de Mestrado em Estudos da Criança]

MATOS, Raquel Maria (2006), *Vidas raras de mulheres comuns: percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*, Braga, Universidade do Minho [Tese de Doutoramento em Psicologia]

MATZA, David (1964), *Becoming Deviant*, New Jersey, Prentice-Hall

MEAD, George (1962), *Mind, Self and Society from the stanpoint of a social behaviorist*, Chicago, The University of Chicago Press

MELLEIRO, Marta Maria e GUALDA, Dulce Maria Rosa (2003), "O método biográfico interpretativo na compreensão de experiências e expressões de gestantes usuárias de um seerviço de saúde", *Revista Esc. Enfermagem*, USP, 37 (4), pp. 69-76

MERTON, Robert (1970), *Sociologia: Teoria e estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou

MESSERSCHMIDT, James (s/d), "'Doing Gender': the impact and future of a salient sociological concept", http://www.usm.maine.edu/crm/faculty/jim/doinggender.pdf [Agosto 2008]

MILLER, Darcy, TRAPANI, Catherine, FEJES-MESNDOZA, Kathy, EGGLESTON, Carolyn, DWIGGINS, Donna (1995), "Adolescent female offender: unique considerations", *Journal of Adolescence*, vol. 30, pp. 429-435

MILLER, Jody (2002). "The strengths and limits of 'doing gender' for understanding street crime", *Theoretical Criminology*, 6 (4), pp. 433-460

MORIN, Edgar (1994 [1981]), "Para onde vai o mundo", in *As grandes questões do nosso tempo*, Lisboa: Editorial Notícias, pp. 233-264

PAIS, José Machado (2005), *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*, Lisboa, Âmbar

PAIS, José Machado (org.) (2005a), *Traços e Riscos de Vida: Uma Abordagem Qualitativa dos Modos de Vida Juvenis*, Lisboa, Âmbar

PASSERON, Jean-Claude (1989), "Biographies, flux, itinerairies, trajectories", *Revue Française de Sociologie*, 31 (5), pp. 3-22

PAUGAM, Serge (2003), *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*, Porto, Porto Editora

PINHEIRO, Alexandra (Coord) (2004), *Estudo Violência Juvenil: Histórias e percursos*, Porto, Fundação da Juventude

SANTOS, Boaventura de Sousa (Dir.) (2004), *Os caminhos difíceis da nova justiça tutelar educativa*, Coimbra, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa – CES

SCHUTZ, Alfred (1974), *El problema de la realidad social*, Buenos Aires, Amorrortu

SEBASTIÃO, João (1998), *Crianças de ruas: modos de vida marginais na cidade de Lisboas*, Oeiras, Celta Editora

STEFFENSMEIER, Darrel e ALLAN, Emilie (1996), "Gender and crime: toward a gendered theory of female offending", *Annual Review Sociology*, 22, pp. 459-487

STRAUSS, Anselm (2002 [1959]), *Mirrors and masks: The search for identity,* New Brunswick and London, Transaction Publishers

SUTHERLAND, Edwin (1937), *Principes de criminologie*, Paris, Editions Cujas

TINOCO, Rui (1999), "Notas sobre a construção psico-social da identidade desviante em toxicodependência", *Toxicodependências*, n.º 3, pp. 11-23

TORNBERRY, T.P; KROHN, M.D (2004), "O desenvolvimento da delinquência: uma perspectiva interaccionista", in António Castro Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime*, Coimbra, Almedina, pp.133-160

VELHO, Gilberto (org.) (1974), *Desvio e divergência*, São Paulo, Zahar Editores

WALGRAVE, Lode (2000), "Vulnerabilidade societal e acção social" in Marc-Henry SOULET (Org.), *Da não-integração*, Coimbra, Quarteto Editora

WORRALL, Anne (2005), "Raparigas em risco? Reflexões sobre as mudanças de atitude relativamente à delinquência de mulheres jovens", *Infância e Juventude*, 2, pp. 71-84

XIBERRAS, Martine (1993), *As teorias da exclusão, para a construção do imaginário do desvio*, Lisboa, Instituto Piaget

YIN, Robert (1994), *Case Study Research: design and methods*, Thousand Oaks, Sage

Título: CONFIGURAÇÕES 3 2007

Director: Manuel Carlos Silva

Directora-adjunta: Helena Machado

Conselho Consultivo: Ana Nunes de Almeida (ICS, Univ. Lisboa), António Colomer (Univ. Politécnica de Valência), António Lucas Marín (Univ. Complutense); Carlos Alberto da Silva (Univ. Évora), Claude-Michel Loriaux (Univ. Católica de Louvaina), Daniel Bertaux (CNRS, Paris), Elísio Estanque (Univ. Coimbra), François de Singly (Univ. René Descartes-Sorbonne), François Dubet (Univ. Bordéus); Hermínio Martins (St Antony's College, Univ. Oxford), Ilona Kovács (Univ. Técnica de Lisboa); James R. Taylor (Univ. Montreal), João Arriscado Nunes (Univ. Coimbra), João Ferreira de Almeida (ISCTE, Lisboa), João Teixeira Lopes (Univ. Porto), John Law (Univ. Lancaster), José Bragança de Miranda (Univ. Nova Lisboa), José Carlos Venâncio (Univ. Beira Interior), José Madureira Pinto (Univ. Porto), José Manuel Sobral (ICS, Univ. Lisboa), José Maria Carvalho Ferreira (Univ. Técnica de Lisboa), Loïc Wacquant (Univ. Califórnia, Berkeley), Luís Baptista (Univ. Nova de Lisboa), Maria Beatriz da Rocha Trindade (Univ. Aberta), Manuel Villaverde Cabral (ICS, Univ. Lisboa), Manuela Ribeiro (Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro), Maria Ioannis Baganha (Univ. Coimbra), Michel Maffesoli (Univ. Paris V, Sorbonne), Ramón Máiz (Univ. Santiago de Compostela), Raymond Massé (Univ. Laval), Renato Lessa (Univ. Fluminense), Veit Bader (Univ. Amesterdão).

Conselho Científico: Emília Rodrigues Araújo, Ana Maria Brandão, António Joaquim Costa, Manuel da Silva e Costa, Ivo Domingues, Maria Engrácia Leandro, Helena Machado, Ana Paula Marques, Maria Paula Mascarenhas, Alice Matos, Teresa Mora, Rita Ribeiro, Manuel Carlos Silva, Carlos Veloso da Veiga, Fernando Bessa Ribeiro (UTAD), Manuela Ribeiro (UTAD), Sheila Khan (Univ. Manchester).

Conselho de Redacção: Ana Maria Duarte, Baltazar Ricardo Monteiro, Carlota Fernandes dos Santos, Fernanda Maria Nogueira, Francisco de Azevedo Mendes, Hélder da Costa Machado, José Fernando Bessa Ribeiro, José Guilherme Leite, José Manuel Machado, José Pinheiro Neves, Manuel Carvalho da Silva, Manuela Ivone Cunha, Maria de Fátima Ferreira, Maria Eugénia Rodrigues, Maria Manuela Ribeiro, Maria Norberta Amorim, Miguel de Melo Bandeira, Telmo Caria, Victor Manuel Rodrigues, Vera Duarte.

Secretariado: Sofia Oliveira (sofiaoliveira@ics.uminho.pt)

Propriedade, redacção e administração: CICS - Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho, 4710-057 Braga - Portugal. Telef.: 253 604 695. Fax: 253 604 696. <www.cics.uminho.pt>

Coordenadores deste número: Emília Araújo, Ana Brandão, Joaquim Costa, Rita Ribeiro

Normas para apresentação e avaliação de artigos:
Apresentação de originais: os textos propostos para publicação devem seguir as normas sugeridas na parte final da revista.
Avaliação de artigos: os artigos propostos serão submetidos a parecer de especialistas das áreas respectivas, em regime de anonimato. A listagem de avaliadores será publicada cumulativamente cada dois anos. A decisão final cabe ao(s) coordenador(es) de cada número e, em última instância, à Direcção do CICS.
Os textos podem ser publicados em português, espanhol, francês e inglês.
Correspondência (incluindo assinaturas): Revista *Configurações*, a/c Dr.ª Sofia Oliveira, Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710-057 Braga.

Apoios: A edição deste número foi apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Edição: *Configurações* é editada semestralmente (2 números/ano ou 1 número duplo) pelo CICS - Centro de de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, 4710-057 Braga, em colaboração com Campo das Letras Editores, S.A., Edifício Mota Galiza, Rua Júlio Dinis, 247, 6.ºE1 - 4050-324 Porto. Telef. 22 60 80 870 / Fax. 22 60 80 880 / E-mail: campo.letras@mail.telepac.pt / site: www.campo-letras.pt

Assinatura Anual: Portugal, países de expressão portuguesa e Espanha: 20 euros. Outros países: 25 euros.
Preço deste número: 12 euros.

Fotografia da capa: Abigail Ascenso

Tiragem: 1000 exemplares

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. - V. N. de Famalicão
ISSN: 1646-5075

Depósito Legal nº: 246289/06

Solicita-se permuta. Exchange wanted. On prie l'échange. Solicitamos cambio.

Esta revista prossegue a série de Sociologia (6 números) de *Sociedade e Cultura* da revista *Cadernos do Noroeste*.